

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Civil

Analista Judiciário
TRT

Banca: FCC

SUMÁRIO

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB.....	3
Das pessoas	6
Dos bens	13
Fatos Jurídicos	15
Obrigações.....	26
Contratos em espécie	29
Responsabilidade Civil.....	33
Direito das Coisas.....	36
Gabarito	56

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB

1) FCC - AJ (Judiciária) - TRT6 (2012)

Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia, depois de oficialmente publicada, em

- a) três meses.
- b) noventa dias.
- c) um mês.
- d) trinta dias.
- e) quarenta e cinco dias.

2) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

Considere:

I. A lei do país onde for domiciliada a pessoa determina a regra sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

II. Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

III. Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidez do matrimônio a lei do local da celebração.

IV. O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.

É correto o que consta APENAS em

- a) II e IV.
- b) II, III e IV.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) I, II e IV.

3) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

A respeito da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, considere:

I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país na data da sua publicação.

II. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 45 dias depois de oficialmente publicada.

III. As correções de texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

IV. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

4) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Ryan, inglês, em uma de suas viagens a lazer pelo Brasil e pelo Estado do Espírito Santo, conheceu Perla, brasileira nata, e ambos iniciaram relacionamento amoroso e casaram-se na cidade de Vitória, onde residiram por cerca de dez anos e adquiriram um imóvel residencial de alto padrão e dois conjuntos comerciais. Do relacionamento entre Ryan e Perla nasceram Pedro e Mariana, também na cidade de Vitória. No mês de Janeiro de 2012 Ryan e Perla mudaram-se definitivamente para a Inglaterra e, no mês de Julho, Ryan faleceu em decorrência de um infarto fulminante. Neste caso, em regra, a sucessão de bens amealhados pelo casal e que estão no Brasil, será regulada pela lei

- a) brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, independentemente de eventual conteúdo favorável aos herdeiros da lei inglesa.
- b) inglesa, tendo em vista a nacionalidade de Ryan.
- c) brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.
- d) inglesa, tendo em vista o local do falecimento de Ryan.
- e) brasileira ou inglesa, cabendo aos herdeiros exercer a opção no momento da abertura da sucessão.

5) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2013)

Luís Caetano, Juiz de Direito de Vitória da Conquista, deixa de julgar um processo que lhe foi atribuído, alegando que as provas dos autos são boas para ambos os lados e que, ademais, não há lei prevendo a hipótese em julgamento. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Luís Caetano agiu

- a) bem, pois embora a ausência de lei não impedisse o julgamento, por haver outros meios para supri-la, as provas boas para ambos os lados impedem a formação da convicção judicial.
- b) mal, pois ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, como era o caso.
- c) mal, pois na aplicação da lei o juiz atenderá às regras de sua interpretação e ao bom-senso jurídico.
- d) bem, pois a ausência de lei impede o julgamento, por falta de parâmetros para tanto.
- e) mal, pois sendo a lei omissa, deveria ter decidido o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, valorando as provas de acordo com os ditames legais, já que o provimento jurisdicional é imperativo.

6) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

A Lei nº XX/09 foi revogada pela Lei nº YY/10. Posteriormente, a Lei nº ZZ/10 revogou a Lei nº YY/10. Nesse caso, salvo disposição em contrário, a Lei nº XX/09

- a) não se restaura por ter a Lei revogadora perdido a vigência.

- b) só se restaura se a Lei nº YY/10 tiver sido expressamente revogada pela Lei nº ZZ/10.
- c) restaura-se integralmente, independentemente, de novo diploma legal.
- d) só se restaura se a revogação da Lei nº YY/10 for decorrente de incompatibilidade com a Lei nº ZZ/10.
- e) só se restaura se a Lei nº ZZ/10 tiver regulamentado inteiramente a matéria de que tratava a Lei nº YY/10.

7) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Osmar obteve provimento judicial autorizando matrícula em curso de Ensino Superior independentemente do pagamento de quaisquer taxas, por sentença da qual não mais cabe recurso. No entanto, enquanto frequentava o curso, sobreveio Lei Municipal determinando que todos os estudantes do Ensino Superior deveriam pagar taxa destinada à alfabetização de adultos carentes. Osmar

- a) será atingido pela nova lei, que previu efeito retroativo de maneira tácita.
- b) será atingido pela nova lei, que possui efeito imediato e atinge todas as situações pendentes.
- c) será atingido pela nova lei, tendo em vista tratar-se de norma de ordem pública.
- d) não será atingido pela nova lei, mas seria se a norma tivesse previsto efeito retroativo de maneira expressa.
- e) não será atingido pela nova lei, em razão da proteção conferida à coisa julgada.

8) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Marcelo trabalhou por mais de 29 anos sob a égide de lei que previa direito a se aposentar aos 30 anos de trabalho. Durante estes mais de 29 anos, cumpriu os requisitos à aposentação. Contudo, antes de atingir os 30 anos de trabalho, sobreveio lei majorando para 32 anos o tempo necessário à aposentação. Referida lei não previu regras de transição para os trabalhadores que estivessem trabalhando sob o regime jurídico anterior. Diante deste quadro, Marcelo ajuizou ação no âmbito da qual requereu a aposentação aos 30 anos trabalhados. Esta ação deverá ser julgada

- a) procedente, porque, passados 29 dos 30 anos necessários à aposentação, Marcelo passou a ter direito adquirido ao regime jurídico anterior.
- b) improcedente, porque, quando do advento da nova lei, Marcelo possuía mera expectativa de direito.
- c) procedente, porque, apesar do advento da lei nova, Marcelo possuía direito adquirido ao tempo que, de acordo com a lei revogada, faltava para sua aposentação.
- d) improcedente, porque não existe proteção ao direito adquirido em matéria de ordem pública.
- e) procedente, porque a lei nova não previu regras transitórias explícitas.

9) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

A lei nova tem efeito imediato

- a) mas, em regra, não revoga a lei anterior.
- b) e atinge as situações em curso, mesmo que configurem direito adquirido.
- c) e se projeta inclusive sobre o ato jurídico perfeito, a menos que este tenha sido objeto de sentença transitada em julgado.
- d) mas não é obrigatória para a pessoa que desconhecera seu conteúdo.
- e) mas deve respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

10) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Camila possui um único imóvel no qual reside com marido e filhos, gozando da impenhorabilidade

conferida ao bem de família. Não se trata, porém, de bem de família convencional. A impenhorabilidade que protege Camila decorre diretamente da lei. Se a lei que garante a impenhorabilidade do imóvel for revogada, Camila

- a) poderá invocar a proteção conferida ao ato jurídico perfeito, pois a aquisição do imóvel ocorreu em momento anterior ao advento da lei nova.
- b) poderá invocar a proteção do direito adquirido, pois incorporou a seu patrimônio o regime jurídico anterior à lei revogadora.
- c) não poderá invocar a proteção do direito adquirido, pois inexistia direito adquirido a regime jurídico.
- d) poderá invocar a proteção conferida ao direito adquirido, o qual abrange os fatos passados, pendentes e futuros.
- e) poderá invocar a proteção conferida ao direito adquirido apenas se o processo em que se der a penhora houver se iniciado antes do advento da lei revogadora.

Das pessoas

11) FCC - AJ (Judiciária) TRT6 (2012)

Cessa a incapacidade para os menores

- a) somente pelo casamento.
- b) pelo exercício de cargo público de provimento em comissão.
- c) com 14 anos completos, se tiver emprego, ainda que como aprendiz, mas desde que tenha economia própria.
- d) somente pela emancipação, concedida pelos pais e desde que homologada pelo Juiz.
- e) pela existência de relação de emprego, desde que, em função dele, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.

12) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Analise a seguinte situação hipotética: O Brasil declara guerra contra uma Força Revolucionária Boliviana que atua na fronteira de nosso país, especialmente envolvendo desmatamento da Amazônia e tráfico de entorpecentes. O Brasil destaca um grupo de mil soldados para a missão e, durante a guerra, os Soldados Milton e Davi, do Exército Brasileiro, são capturados pela Força Revolucionária Boliviana e desaparecem. Neste caso, para ser declarada a morte presumida dos soldados Milton e Davi, do Exército Brasileiro, sem decretação de ausência é necessário que eles NÃO sejam encontrados até

- a) dois anos após o término da guerra.
- b) um ano após o término da guerra.
- c) cinco anos após o término da guerra.
- d) três anos após o término da guerra.
- e) seis meses após o término da guerra.

13) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

De acordo com o Código Civil, os menores de dezesseis anos

- a) possuem personalidade civil e os direitos que dela decorrem, mas são absolutamente incapazes e não podem exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- b) possuem personalidade civil, os direitos que dela decorrem e plena capacidade para exercer

pessoalmente os atos da vida civil.

c) não possuem personalidade civil.

d) possuem personalidade civil, mas não os direitos que dela decorrem.

e) possuem personalidade civil, os direitos que dela decorrem e capacidade relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil.

14) FCC - AJ (Judiciária) TRT5 (2013)

Referente aos direitos da personalidade, considere:

I. É sempre vedado dispor do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

II. Com objetivo científico ou altruístico, é válida a disposição gratuita do próprio corpo, total ou parcialmente, para depois da morte, tratando-se de disposição revogável livremente a qualquer tempo.

III. O direito ao nome compreende o prenome e o sobrenome, mas a proteção correspondente não se estende ao pseudônimo, ainda que licitamente adotado, por se tratar de mera identidade social ou familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) III.

c) I.

d) II.

e) I e III.

15) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2013)

No tocante aos direitos da personalidade, é correto afirmar que

a) se aplicam, no que couber, às pessoas jurídicas.

b) não se aplicam às pessoas jurídicas, por serem exclusivas das pessoas físicas.

c) em nenhuma hipótese poderão ser renunciados ou transmitidos a terceiros.

d) em caso de morte, ninguém é legitimado a postulá-los por ofensa ao falecido, por serem personalíssimos.

e) se disserem respeito às pessoas jurídicas, implicam somente perdas e danos materiais, excluídos os danos morais, que se limitam às pessoas físicas.

16) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2013)

No tocante aos direitos da personalidade,

a) nenhuma pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.

b) é irrevogável o ato de disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

c) a ameaça ou a lesão a eles não se estendem aos mortos, por serem personalíssimas.

d) como regra geral, os direitos da personalidade são passíveis de livre transmissão e renúncia.

e) é sempre possível a comercialização de partes do próprio corpo, se com a disposição não houver diminuição permanente da integridade física do doador.

17) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

Os direitos da personalidade

- a) garantem, como regra, a inviolabilidade da vida privada.
- b) extinguem-se nos casos em que a pessoa não possa mais exprimir sua vontade.
- c) permitem a disposição gratuita do próprio corpo, com fins altruísticos, para depois da morte, mas impedem a revogação, em vida, de tal liberalidade.
- d) autorizam o uso do nome alheio em propaganda comercial, não sendo necessário obter o consentimento quando se tratar de figura pública.
- e) são, em regra, transmissíveis, embora irrenunciáveis.

18) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

Berilo, cinquenta anos de idade, desapareceu de seu domicílio, sem deixar notícias de seu paradeiro e sem designar procurador ou representante a quem caiba a administração de seus bens. Foi declarada a sua ausência e nomeado curador através de processo regular requerido por sua esposa. Neste caso, os interessados poderão requerer a sucessão definitiva

- a) após o trânsito em julgado da decisão judicial que declarou a ausência de Berilo e nomeou curador.
- b) três anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória.
- c) cinco anos depois do trânsito em julgado da declaração de ausência, independentemente de abertura de sucessão provisória.
- d) sete anos depois do trânsito em julgado da declaração de ausência, independentemente de abertura de sucessão provisória.
- e) dez anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória.

19) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

Declarada a ausência e aberta provisoriamente a sucessão,

- a) se o ausente aparecer, ou se lhe provar a existência, depois de estabelecida a posse provisória, não cessarão as vantagens dos sucessores nela emitidas, as quais perdurarão até a entrega dos bens a seu dono.
- b) os bens do ausente poderão ser livremente alienados, sem autorização judicial, para lhes evitar a ruína.
- c) os sucessores provisórios empossados nos bens do ausente não o representarão ativa ou passivamente e contra eles não correrão as ações pendentes e as que de futuro àquele forem movidas.
- d) os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente.
- e) o descendente, ascendente ou cônjuge que for sucessor provisório do ausente deverá capitalizar, na forma de lei, metade dos frutos e rendimentos que a este couberem e prestar contas anualmente ao juiz.

20) FCC - AJ (Judiciária) - TRT6 (2012)

São pessoas jurídicas de direito público interno

- a) as fundações.
- b) as autarquias.
- c) somente os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
- d) as sociedades de economia mista.
- e) as empresas públicas.

21) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2008)

Os partidos políticos, as associações públicas e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito

- a) privado.
- b) privado, público e público, respectivamente.
- c) público, privado e privado, respectivamente.
- d) público.
- e) privado, público e privado, respectivamente.

22) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

A empresa Y, que atua no ramo de cosméticos, situada na cidade do Rio de Janeiro, tem administração coletiva exercida pelos seus dez sócios, nos termos preconizados pelo seu Estatuto Social. Em uma reunião de diretoria, a maioria dos presentes decide tomar uma decisão para o futuro da empresa que contraria o estatuto social e a lei. Neste caso, para Manoel, um dos sócios, inconformado com a decisão tomada pela diretoria da empresa, o direito de anular esta decisão decairá, de acordo com o CC, em

- a) três anos.
- b) um ano.
- c) dois anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos.

23) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2013)

No tocante às pessoas jurídicas:

- a) começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades ao público.
- b) de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver por parte destes culpa ou dolo.
- c) a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das instituições religiosas é condicional, por ser laico o Estado brasileiro, que deverá autorizar ou não seu reconhecimento e registro.
- d) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- e) as autarquias e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

24) FCC - AJ (Administrativa) - TRT1 (2013)

Sobre as associações, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

- a) Compete privativamente à assembleia geral especialmente convocada alterar o estatuto de uma associação, cujo quórum para aprovação será sempre de, no mínimo, dois terços dos associados.
- b) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, de per si, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.
- c) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a um sexto dos associados o direito de promovê-la.
- d) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocos.

e) O estatuto da associação não será nulo se não contiver a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas, que será decidida em assembleia geral especialmente convocada para este fim.

25) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

Considere as seguintes assertivas a respeito das Associações:

I. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

II. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

III. O modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos não são obrigatórios no conteúdo do estatuto das associações.

IV. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.

26) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

No que concerne às associações, a convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido o direito de promovê-la a

- a) 1/8 dos associados.
- b) 1/6 dos associados.
- c) 1/5 dos associados.
- d) qualquer associado individualmente.
- e) qualquer interessado.

27) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

A Fundação Juju foi regularmente criada para atuar no benefício de crianças carentes e está em plena atividade na cidade do Rio de Janeiro. Uma das pessoas competentes para gerir e representar a Fundação Juju pretende alterar o seu estatuto. Para tanto, a alteração não pode contrariar o fim da Fundação e, além disso, deverá ser deliberada

- a) pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público, com possibilidade de suprimento judicial caso este denegue a aprovação.
- b) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público, com possibilidade de suprimento judicial caso este denegue a aprovação.
- c) pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz competente, após aprovação pelo Ministério Público.
- d) pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz

competente, após aprovação do Ministério Público.

e) por todas as pessoas competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz competente, após aprovação do Ministério Público.

28) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2016)

Para se alterar o estatuto de uma fundação, é mister que a reforma não contrarie ou desvirtue o fim desta e seja deliberada

a) pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

b) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

c) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

d) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, sem possibilidade de suprimento judicial a requerimento do interessado no caso de denegação.

e) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, sem possibilidade de suprimento judicial a requerimento do interessado no caso de denegação.

29) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2008)

De acordo com o Código Civil brasileiro, a respeito da sociedade limitada, é correto afirmar:

a) A destituição dos administradores depende dos votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 do capital social.

b) A modificação do contrato social depende dos votos correspondentes à unanimidade do capital social.

c) A assembléia dos sócios será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

d) As deliberações infringentes do contrato ou da lei não tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente a aprovaram.

e) Qualquer sócio, por si ou na condição de mandatário, pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente.

30) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Joaquim é sócio majoritário e administrador de empresa produtora de alimentos enlatados e embutidos. Durante muitos anos, a empresa experimentou sucesso empresarial. No entanto, depois que o Ministério da Saúde passou a desestimular a ingestão deste tipo de alimento, a empresa deixou de honrar compromissos com fornecedores, que ajuizaram e venceram ações de cobrança. Contudo, quando do cumprimento das sentenças, verificou-se que a empresa não possuía bens penhoráveis. Neste caso, de acordo com o Código Civil, a personalidade jurídica deverá ser desconstituída

a) a requerimento da parte, se comprovado abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

b) necessária e automaticamente, pois é dever do juiz zelar pela efetividade das decisões judiciais.

c) apenas em relação a Joaquim, independentemente de quaisquer requisitos, por ostentar a qualidade de

sócio majoritário e administrador da empresa.

d) a requerimento da parte ou de ofício, se comprovado abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo inadimplemento das obrigações.

e) a requerimento da parte, se comprovado abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela inexistência de bens penhoráveis à época do cumprimento da sentença.

31) FCC - AJ - TRT6 (2012)

Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á seu domicílio

a) o lugar em que a pessoa for encontrada.

b) a residência de maior valor.

c) qualquer daquelas residências.

d) a residência que tiver adquirido a mais tempo.

e) a residência que tiver adquirido a menos tempo.

32) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. É certo que o domicílio do

a) servidor é o lugar em que tomou posse do cargo público.

b) incapaz é o lugar do seu nascimento.

c) preso é o lugar em que cumprir a sentença.

d) militar é o lugar onde residir a sua família.

e) marítimo é o lugar onde o navio estiver atracado.

33) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Sobre o domicílio, de acordo com o Código Civil, é INCORRETO afirmar:

a) O militar do Exército tem por domicílio, em regra, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.

b) A pessoa jurídica de direito privado, possuindo diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

c) O Agente Diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

d) Se a administração de pessoa jurídica de direito privado tiver sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento situado no Brasil, a que ela corresponder.

e) O domicílio do marítimo é necessário e é considerado o lugar onde o navio estiver matriculado.

34) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2013)

José Carlos vive alternadamente em Porto Seguro e em Salvador, com residências próprias em cada uma das cidades. Considera-se seu domicílio:

a) nenhuma das cidades, por falta de habitualidade, essencial à caracterização do domicílio.

b) Salvador, por ser a capital do Estado.

c) tanto Porto Seguro como Salvador.

d) apenas aquela cidade na qual exerce primordialmente suas atividades profissionais.

e) aquela cidade em que tenha residido inicialmente.

35) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Alceu trabalha de segunda a quinta-feira, todas as semanas, em restaurante localizado em Cajamar. Nestes dias, reside com ânimo definitivo em apartamento situado em Jundiaí. Por sua vez, na sexta-feira e nos finais de semana trabalha em restaurante localizado em Itapira. Nestes dias, reside com ânimo definitivo em apartamento localizado em Campinas. Consideram-se domicílios de Alceu os lugares situados em

- a) Cajamar e Jundiaí, apenas.
- b) Jundiaí, apenas.
- c) Cajamar, Jundiaí, Itapira e Campinas.
- d) Itapira e Campinas, apenas.
- e) Jundiaí e Campinas, apenas.

Dos bens

36) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

Árvore frutífera incorporada artificialmente ao solo é um bem

- a) móvel, se considerado em si mesmo, e principal, em relação aos frutos, os quais não podem ser objeto de negócio jurídico enquanto estiverem agregados à árvore.
- b) imóvel, se considerado em si mesmo, e principal, em relação aos frutos, os quais podem ser objeto de negócio jurídico mesmo que não estejam separados da árvore.
- c) imóvel, se considerado em si mesmo, e acessório, em relação aos frutos, os quais podem ser objeto de negócio jurídico mesmo que não estejam separados da árvore.
- d) móvel, se considerado em si mesmo, e principal, em relação aos frutos, os quais podem ser objeto de negócio jurídico mesmo que não estejam separados da árvore.
- e) imóvel, se considerado em si mesmo, e principal, em relação aos frutos, os quais não podem ser objeto de negócio jurídico enquanto estiverem agregados ao principal.

37) FCC - AJ (Judiciária) - TRT6 (2012)

São benfeitorias úteis

- a) as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- b) as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- c) as de deleite ou recreio, embora não aumentem o uso habitual.
- d) somente aquelas que, sem aumentar o uso habitual, tornem mais agradável o bem.
- e) as indispensáveis à conservação do bem.

38) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2013)

Em relação aos bens:

- a) pertencas são bens que constituem partes integrantes de outros bens móveis ou imóveis, para incremento de sua utilidade.
- b) são móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

- c) infungíveis são os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) não perdem o caráter de bens imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, forem removidas para outro local.
- e) as benfeitorias podem ser principais, acessórias, singulares e coletivas.

39) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

Um fundo de comércio, uma biblioteca e um rebanho são uma universalidade de

- a) direito, direito e de fato, respectivamente.
- b) direito.
- c) fato.
- d) fato, fato e de direito, respectivamente.
- e) fato, direito e de direito, respectivamente.

40) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

Podem ser considerados bens imóveis para os efeitos legais,

- a) as cisternas e as energias que tenham valor econômico.
- b) os direitos pessoais de caráter patrimonial e as energias que tenham valor econômico.
- c) o direito à sucessão aberta e os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- d) os direitos reais sobre imóveis, as máquinas de uma indústria e o direito à sucessão aberta.
- e) os direitos personalíssimos e o carvão.

41) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

Livro contendo dedicatória de um de seus autores é um bem

- a) móvel, infungível, indivisível e singular.
- b) imóvel por equiparação, fungível, indivisível e singular.
- c) móvel, infungível, divisível e coletivo.
- d) móvel, fungível, divisível e singular.
- e) imóvel por equiparação, infungível, indivisível e coletivo.

42) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2016)

Nos termos preconizados pelo Código Civil são considerados bens imóveis para os efeitos legais, dentre outros,

- a) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- b) o direito à sucessão aberta.
- c) os direitos reais sobre objetos móveis e respectivas ações.
- d) as energias que tenham valor econômico.
- e) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.

43) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

A respeito dos bens públicos, considere:

I. Bens de uso comum do povo.

II. Bens de uso especial.

III. Bens dominicais.

São inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, os bens públicos indicados APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

Fatos Jurídicos

44) FCC - AJ (Administrativa) - TRT1 (2013)

Considere as seguintes assertivas sobre a Nulidade e Anulabilidade dos atos jurídicos:

I. Se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

II. Tratando-se de negócio anulável é escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

III. É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado no caso de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I e III, apenas.

45) FCC - AJ(Administrativa) - TRT1 (2013)

No que concerne à nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos, é correto afirmar:

- a) O ato anulável pode ser ratificado pelas partes, salvo direito de terceiro, mas a ratificação não retroage à data da celebração do ato.
- b) A parte poderá reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, mesmo se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.
- c) A invalidade parcial de um negócio jurídico sempre prejudicará a parte válida.
- d) A invalidade dos atos por incapacidade relativa do agente ou por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude, não tem efeito antes de julgada por sentença, e poderá ser pronunciada de ofício pelo juiz.

e) A invalidade da obrigação principal implica o das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

46) FCC - AJ (Administrativa) - TRT1 (2013)

Quanto à forma e à prova dos atos jurídicos, é INCORRETO afirmar:

- a) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- b) A prova não supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição.
- c) Os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando, escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.
- d) Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
- e) As presunções, que não as legais, são admitidas nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal.

47) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Sobre os Fatos Jurídicos, de acordo com o Código Civil Brasileiro, considerar as seguintes assertivas:

- I. A manifestação de vontade, em regra, não subsiste se o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
- II. A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- III. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

48) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2013)

Acerca dos negócios jurídicos:

- a) nas declarações de vontade importa considerar e fazer prevalecer apenas o sentido literal da linguagem.
- b) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
- c) a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- d) se forem eles celebrados com a cláusula de não valer sem instrumento público, este passa a ser incidental e secundário ao ato.

e) o silêncio de uma parte importa sempre anuência à vontade declarada pela outra parte

49) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2013)

Em relação à interpretação do negócio jurídico, é correto afirmar que

- a) quaisquer negócios jurídicos onerosos interpretam-se estritamente.
- b) na vontade declarada atender-se-á mais à intenção das partes do que à literalidade da linguagem.
- c) a renúncia interpreta-se ampliativamente.
- d) o silêncio da parte importa sempre anuência ao que foi requerido pela outra parte.
- e) como regra geral, não subsiste a manifestação da vontade se o seu autor houver feito a reserva mental de não querer o que manifestou.

50) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2016)

Sobre o negócio jurídico, na forma estabelecida pelo Código Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) A impossibilidade inicial do objeto sempre invalida o negócio jurídico.
- b) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- d) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizaram e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- e) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

51) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a um evento futuro e incerto denomina-se

- a) condição.
- b) encargo.
- c) termo inicial.
- d) termo final.
- e) modo.

52) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A respeito dos defeitos do negócio jurídico, considere:

- I. Erro sobre a natureza do negócio.
- II. Erro sobre o objeto principal da declaração.
- III. Erro sobre alguma das qualidades essenciais do objeto.
- IV. Erro de cálculo.

Consideram-se substanciais os indicados APENAS em:

- a) I, II e III.

- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

53) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil brasileiro, considere:

- I. A coação sempre vicia o ato, ainda que exercida por terceiro, e se a parte prejudicada com a anulação do ato não soube da coação exercida por terceiro, só este responde por perdas e danos.
- II. Tratando-se de negócios gratuitos, a anulação por fraude contra credores dispensa que o estado de insolvência do devedor seja conhecido por qualquer uma das partes, mas no caso de contrato oneroso do devedor insolvente é necessário, para a anulação, que a insolvência seja notória ou houver motivo para que ela seja conhecida do outro contratante.
- III. O dolo do representante legal ou convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

54) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Sobre o erro ou ignorância, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) O erro será substancial quando sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- b) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- c) O erro de indicação da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa.
- d) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
- e) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável ao contrário do que ocorre nos casos de declaração direta.

55) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

Em um negócio jurídico uma parte pensa que a outra parte está doando um bem quando na verdade o bem está sendo oferecido à venda. Neste caso, ocorreu

- a) error in negotio tratando-se de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.
- b) error in corpore tratando-se de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.
- c) erro acidental que não anula o negócio jurídico, devendo as partes adequá-los à situação real.
- d) erro acidental que anula o negócio jurídico, não cabendo perdas e danos à parte prejudicada.
- e) error juris tratando de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.

56) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, é correto afirmar:

- a) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas poderá alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- b) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- c) Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito, bem como o simples temor reverencial.
- d) Não se presumem fraudatórias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.
- e) Se uma pessoa, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, o negócio será anulado inclusive se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

57) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Marcela permutou um televisor avariado com um celular avariado de Marina. Ambas sabiam que os respectivos bens estavam deteriorados e ambas esconderam tal circunstância uma da outra buscando tirar vantagem na transação. Julgando-se prejudicada, Marina ajuizou ação contra Marcela requerendo a invalidação do negócio e indenização.

O juiz deverá

- a) desacolher ambos os pedidos, pois, se as duas partes procedem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio nem reclamar indenização.
- b) acolher apenas o pedido de invalidação do negócio, pois esta pode ser reconhecida inclusive de ofício.
- c) acolher apenas o pedido de indenização, em razão do princípio que veda o enriquecimento sem causa.
- d) acolher ambos os pedidos, pois o dolo de uma parte não anula o da outra.
- e) acolher apenas o pedido de invalidação, desde que formulado no prazo decadencial de quatro anos da celebração do negócio.

58) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Leonardo adquiriu de Paulo carregamento de celulares falsificados, combinando pagar por eles quando da entrega, que, se não efetivada, daria ao adquirente direito a postular cumprimento forçado da obrigação. Em não tendo havido a entrega, Leonardo ajuizou ação contra Paulo, que, em contestação, não suscitou ser ilegal o negócio, confessou a obrigação e dispôs-se a cumpri-la espontaneamente. O cumprimento da obrigação

- a) não poderá ocorrer, devendo o juiz declarar, de ofício, a nulidade do negócio.
- b) deverá ocorrer, tendo em vista que os negócios jurídicos anuláveis são passíveis de convalidação, ainda que tácita.
- c) deverá ocorrer, tendo em vista que as nulidades não podem ser apreciadas de ofício.
- d) deverá ocorrer, tendo em vista que os negócios jurídicos anuláveis são passíveis de convalidação, desde que expressa.
- e) não poderá, a princípio, ocorrer, devendo o juiz anular o negócio jurídico, salvo se, quando do ajuizamento da ação, já houver transcorrido prazo de 4 anos.

59) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Pedro comprou, por valor inferior ao de mercado, rara e valiosa coleção de selos pertencente a Lucas, que tinha 14 anos e não foi representado quando da celebração do negócio. Passados alguns meses e não entregue o bem, Pedro procurou Lucas oferecendo-lhe suplementação do preço, a fim de que as partes ratificassem o ato. A pretendida ratificação

- a) não poderá ocorrer, salvo se Lucas for assistido quando da confirmação.
- b) poderá ocorrer, pois os negócios anuláveis podem ser confirmados pela vontade das partes.
- c) deverá ocorrer, em prestígio ao princípio da conservação dos contratos.
- d) não poderá ocorrer, porque o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação.
- e) poderá ocorrer apenas pelo juiz, depois da intervenção do Ministério Público.

60) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2016)

Sobre a invalidade do negócio jurídico, considere:

I. É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico no caso de coação contado do dia em que ela cessa.

II. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

III. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

IV. É escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

61) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Fábio é proprietário de um sítio no qual planta hortaliças. Roberto, seu vizinho, cria abelhas para a produção de mel. Segundo Fábio, porém, as abelhas de Roberto atrapalham a venda das hortaliças, afugentando seus clientes. Por tal razão, Fábio passou a utilizar agrotóxicos que, embora de venda permitida, sabidamente, além de protegerem a lavoura, matam as abelhas do vizinho. Depois de dizimadas as abelhas, Fábio voltou a utilizar os agrotóxicos que utilizava anteriormente e que não eram nocivos às abelhas de Roberto. Fábio cometeu ato

- a) lícito, pois os agrotóxicos eram de venda permitida.
- b) lícito, pois não é obrigado a tolerar atividade de vizinho que lhe traz prejuízos.
- c) ilícito, pois, ao utilizar agrotóxico que dizimou as abelhas, quando poderia utilizar outro, seu ato excedeu manifestamente os limites impostos pela boa-fé, podendo Roberto postular indenização.
- d) lícito, pois o ordenamento jurídico protege a livre iniciativa.
- e) ilícito, pois agiu com dolo de prejudicar Roberto. Este, no entanto, não poderá postular indenização, pois Fábio agiu em legítima defesa de sua propriedade.

62) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A prescrição

- a) é a extinção do direito pela falta de exercício dentro do prazo prefixado, atingindo indiretamente a ação.
- b) poderá ser renunciada pelo interessado, depois que se consumir, desde que não haja prejuízo de terceiro.
- c) poderá ter seus prazos alterados por acordo das partes, em razão da liberdade de contratar.
- d) só pode ser alegada pela parte a quem aproveita até a sentença de primeira instância.
- e) suspensão em favor de um dos credores solidários aproveitará os outros se a obrigação for divisível.

63) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

A respeito da prescrição, é correto afirmar:

- a) A renúncia só pode ser expressa e só valerá sendo feita, sem prejuízo de terceiro, antes da prescrição se consumir.
- b) A exceção prescreve no dobro do prazo em que a pretensão.
- c) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- d) Iniciada contra uma pessoa, não continua a correr contra o seu sucessor.
- e) Pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

64) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Miguel ajuizou ação de indenização contra Mauro, julgada procedente. Antes de transitar em julgado a sentença, quando ainda tramitava recurso de apelação, Mauro e Miguel resolveram assinar um termo, aumentando em um ano o prazo prescricional para cobrança das despesas desembolsadas pelas partes no curso do litígio. Mantida a sentença pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para cobrança das despesas despendidas em juízo do vencido Mauro, Miguel terá, a partir do trânsito em julgado, o prazo prescricional, de acordo com o CC, de

- a) 6 anos.
- b) 5 anos.
- c) 3 anos.
- d) 1 ano.
- e) 2 anos.

65) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

A empresa X, situada na cidade do Rio de Janeiro, é dissolvida por seus sócios e, imediatamente, liquidada. As empresas H e W, credoras da empresa X não recebem os seus respectivos créditos mesmo após o encerramento da empresa. Neste caso, as pretensões das empresas credoras contra os sócios da empresa X prescreverão, a partir da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade, no prazo de

- a) 01 ano.
- b) 03 anos.
- c) 04 anos.
- d) 05 anos.
- e) 02 anos.

66) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Joaquim é proprietário de um imóvel residencial urbano situado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Barra da Tijuca. Após mudar-se para a cidade de São Paulo a trabalho, Joaquim mantém o imóvel no Rio de Janeiro e o alugou para Manoel, pelo prazo de trinta e seis meses a partir de 1o de Janeiro de 2011. No dia 1o de Dezembro de 2011, Manoel, após deixar de pagar quatro meses de aluguel (Agosto, Setembro, Outubro e Novembro), resolveu abandonar o imóvel e entregou as chaves do mesmo na imobiliária. Manoel, no dia 1o de Dezembro de 2012, encaminhou uma carta ao Joaquim desculpando-se pelos transtornos e reconhecendo o débito locatício perante o ex-locador, carta esta recebida no mesmo dia por Joaquim. Neste caso, a fim de evitar a consumação do prazo prescricional para cobrança dos alugueis e encargos locatários, nos termos preconizados pelo Código Civil Brasileiro, Joaquim deverá ajuizar a respectiva ação até o dia

- a) 1o de Dezembro de 2014.
- b) 1o de Dezembro de 2015.
- c) 1o de Dezembro de 2013.
- d) 1o de Dezembro de 2016.
- e) 1o de Dezembro de 2017.

67) FCC - AJ (Administrativa) - TRT1 (2013)

Tício é Tabelião de um determinado Cartório de Notas e Protestos de uma cidade do Estado do Rio de Janeiro. Mauro compareceu em um determinado dia para elaboração de uma procuração pública para sua irmã vender um imóvel de sua propriedade situado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Realizada a escritura Mauro não pagou as custas e emolumentos inerentes ao ato. Neste caso, para cobrança das custas e emolumentos, o Tabelião Tício terá o prazo prescricional de

- a) 02 anos.
- b) 01 ano.
- c) 03 anos.
- d) 04 anos.
- e) 05 anos.

68) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

Não corre a decadência, nem a prescrição contra os

- a) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- c) ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- d) que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- e) pródigos.

69) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

Acidente de veículo vitimou criança de 10 anos de idade, causando-lhe danos materiais e morais. Ao completar 18 anos, a vítima decidiu ajuizar ação de reparação civil. Considerando-se que o acidente ocorreu sob a vigência do Código Civil atual, tal pretensão

- a) não está prescrita, pois o caso retrata hipótese de decadência.
- b) está prescrita, pois já se passaram mais de 3 anos da data do fato.

- c) está prescrita, pois já se passaram mais de 5 anos da data do fato.
- d) não está prescrita, pois a vítima era absolutamente incapaz no momento do fato.
- e) não está prescrita, pois o fato é imprescritível.

70) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

P e R firmaram contrato pelo qual P se obrigou a pagar quantia líquida a R. No instrumento contratual, estabeleceram que, se não pago o débito, o prazo de prescrição para cobrança da dívida seria aumentado de 5 para 10 anos. Sete anos depois do vencimento do prazo, R ajuizou ação de cobrança, a qual foi julgada procedente. Em apelação, P alegou prescrição, o que não havia feito em primeira instância. O Tribunal

- a) não poderá reconhecer a ocorrência da prescrição, porque o contrato obriga as partes contratantes, inclusive no que toca à alteração dos prazos prescricionais, além de ter ocorrido preclusão.
- b) não poderá reconhecer a ocorrência da prescrição, porque, embora a questão não preclua, o contrato obriga as partes contratantes, inclusive no que toca à alteração dos prazos prescricionais.
- c) deverá reconhecer a ocorrência da prescrição, pois os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo de vontades e porque a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- d) poderá reconhecer a ocorrência da prescrição apenas se R for absolutamente incapaz, pois esta condição impede que as partes alterem, por acordo de vontades, os prazos prescricionais, além de evitar a preclusão.
- e) poderá reconhecer a ocorrência da prescrição apenas se P for absolutamente incapaz, pois esta condição impede que as partes alterem os prazos prescricionais, por acordo de vontades, além de evitar a preclusão.

71) FCC - AJ (Judiciária) - TRT23 (2016)

Marcos, pai de Fernando, foi condenado, por decisão transitada em julgado, a pagar alimentos ao filho. Quando da condenação, Fernando tinha 2 anos de idade. Passados 3 anos do trânsito em julgado, Fernando, representado por sua mãe, requereu o cumprimento da sentença. Marcos alegou prescrição. A pretensão para cumprimento da sentença

- a) não prescreveu, porque não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.
- b) prescreveu, porque a pretensão para haver prestações alimentares se extingue depois de 2 anos.
- c) não prescreveu, porque não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.
- d) prescreveu em parte, porque a prescrição atinge apenas os alimentos vencidos antes de 2 anos do pedido de cumprimento.
- e) não prescreveu, porque a prescrição não atinge direito da personalidade.

72) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 - (2016)

Sobre a prescrição e decadência, nos termos estabelecidos pelo Código Civil é INCORRETO afirmar:

- a) O protesto cambial interrompe a prescrição, interrupção esta que somente poderá ocorrer uma vez.
- b) Não corre prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União.
- c) As pessoas jurídicas têm ação contra os seus representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- d) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveita os outros.
- e) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

73) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

Corre normalmente a prescrição

- a) contra os que se acharem servindo as forças armadas, em tempo de paz.
- b) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- c) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- d) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
- e) contra os ausentes do país em serviço público dos municípios.

74) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Alberto, locatário de prédio urbano, deixou de pagar a Gilberto, locador, o aluguel referente a março de 2009. Em março de 2010, porém, encaminhou carta a Gilberto informando que somente não efetuou o pagamento porque estava em dificuldades financeiras à época. Disse ainda não negar a dívida e prometeu pagá-la em breve. Entretanto, como Alberto não cumpriu o prometido, em fevereiro de 2013 Gilberto ajuizou ação de cobrança do aluguel de março de 2009. Em contestação, Alberto alegou prescrição. Alberto está

- a) errado, porque não se ultimou o prazo prescricional, de 5 anos.
- b) correto, porque o prazo prescricional somente teria sido interrompido se a manifestação de Alberto tivesse ocorrido em via judicial.
- c) correto, porque apenas atos do credor interrompem o prazo prescricional.
- d) errado, porque a carta encaminhada a Gilberto interrompeu o prazo prescricional.
- e) correto, porque, ainda que seu ato tenha interrompido a prescrição, ultimou-se o prazo prescricional, de 1 ano.

75) FCC - AJ (Judiciária) - TRT23 (2016)

Carlos abalroou veículo em ambulância que conduzia Paulo, pessoa relativamente incapaz, causando-lhe lesões corporais. Passados 4 anos, Paulo ajuizou ação de indenização contra Carlos. A pretensão

- a) prescreveu depois de 3 anos, pois corre a prescrição contra o relativamente incapaz, o qual tem ação contra o assistente, se este houver dado causa à prescrição.
- b) não prescreveu, pois prescreve em 5 anos a pretensão à reparação civil.
- c) prescreveu depois de 3 anos, pois corre a prescrição contra o relativamente incapaz, o qual não tem ação contra o assistente, ainda que este tenha dado causa à prescrição.
- d) não prescreveu, pois prescreve em 10 anos a pretensão à reparação civil.
- e) não prescreveu, pois não corre a prescrição contra o relativamente incapaz.

76) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2013)

No tocante à prescrição,

- a) seu prazo não correrá se pender condição suspensiva.
- b) pode ela ser interrompida apenas pelo titular do direito violado.
- c) pode ela ser alegada em primeiro grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita, e somente pelo órgão jurisdicional, de ofício, nos demais graus jurisdicionais.
- d) o prazo prescricional iniciado contra uma pessoa não corre contra seu sucessor.
- e) os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo entre as partes, mas não os prazos decadenciais.

77) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

Prescreve em três anos a pretensão

- a) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- b) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- c) do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- d) dos profissionais liberais em geral pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços ou cessação dos respectivos contratos.
- e) do beneficiário contra o segurador e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

78) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Durante a constância do casamento, Lourenço emprestou para sua mulher, Bianca, a quantia de R\$ 10.000,00, que deveria ser devolvida em um ano. Passados mais de dez anos sem que a dívida houvesse sido paga, o casal se divorciou. Passados dois anos e meio da decretação do divórcio, Lourenço ajuizou ação de cobrança contra Bianca, que, em contestação, alegou decadência, requerendo a extinção do processo com resolução de mérito. Tal como formulada, a alegação de Bianca

- a) improcede, pois se aplicam à decadência as normas que impedem a prescrição e não se passaram mais de quatro anos da decretação do divórcio.
- b) procede, pois, salvo disposição em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem a prescrição.
- c) improcede, pois o prazo para cobrança da dívida tem natureza prescricional, mas o juiz deverá decretar a prescrição de ofício, pois se passaram mais de dez anos da realização do negócio.
- d) procede, pois, embora se apliquem à decadência as normas que impedem a prescrição, passaram-se mais de dois anos da decretação do divórcio.
- e) improcede, pois o prazo para cobrança da dívida tem natureza prescricional e não corre durante a constância da sociedade conjugal, além de não ter se ultimado, depois da decretação do divórcio.

79) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2016)

Ricardo ajuizou ação de indenização contra Pedro, julgada procedente pela Justiça. Na fase de instrução Ricardo foi obrigado a custear o perito judicial Flavio, responsável pela elaboração de laudo de engenharia, pagando para o mesmo a quantia de R\$ 5.000,00. O prazo prescricional para Ricardo haver do vencido Pedro o valor despendido em juízo, nos termos estabelecidos pelo Código Civil, será de

- a) 3 anos.
- b) 4 anos.
- c) 5 anos.
- d) 10 anos.
- e) 1 ano.

80) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Se a decadência for convencional, nos termos preconizados pelo Código Civil Brasileiro, a parte a quem aproveita pode alegá-la

- a) em qualquer grau de jurisdição, e o juiz poderá suprir a alegação.
- b) em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- c) até o término do prazo para contestação, mas o juiz não pode suprir a alegação.

- d) até o término do prazo para contestação, e o juiz poderá suprir a alegação.
e) até a data da prolação da sentença de primeiro grau, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Obrigações

81) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

Nas obrigações

- a) divisíveis, se um dos credores remitir a dívida, a obrigação ficará extinta para com os outros.
b) de fazer, se o fato puder ser realizado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, o que o isentará da responsabilidade por perdas e danos.
c) alternativas, se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, a escolha caberá ao credor.
d) de dar coisa certa, se a obrigação for de restituir coisa certa e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
e) solidárias, havendo solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se, para todos os efeitos, a solidariedade.

82) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

Considere as seguintes assertivas a respeito da obrigação de dar coisa certa e da obrigação de dar coisa incerta:

- I. Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço. Os frutos percebidos são do devedor, cabendo ao credor os pendentes.
II. Em regra, a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados.
III. Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
IV. A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero. Nas coisas determinadas pelo gênero, em regra, a escolha pertence ao credor.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
b) I, II e IV.
c) I e III.
d) II, III e IV.
e) II e IV.

83) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

Na obrigação de dar coisa certa,

- a) se, antes da tradição, a coisa se perder sem culpa do devedor, este responderá pelo equivalente mais

perdas e danos.

- b) até a ocorrência da tradição, a coisa pertence ao devedor, com seus melhoramentos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- c) os acessórios não estão abrangidos por ela, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- d) se esta se deteriorar, ao credor não é dado recebê-la no estado em que se encontra, com abatimento do preço.
- e) se, depois da tradição, a coisa se perder sem culpa do devedor, este responderá pelo equivalente mais perdas e danos.

84) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

Em determinado contrato, convencionaram as partes duas obrigações alternativas, bem como que, na data do cumprimento, a escolha caberia ao credor. Ocorre que, uma das obrigações convencionadas tornou-se fisicamente inexequível. Nesse caso,

- a) o credor poderá escolher outra obrigação similar para substituir a que se tornou inexequível.
- b) não haverá escolha e a obrigação subsistirá quanto à prestação remanescente.
- c) o negócio jurídico será rescindido, voltando as partes ao estado anterior à sua celebração.
- d) o devedor poderá escolher outra prestação para substituir a que se tornou inexequível.
- e) as partes deverão pedir ao juiz que indique outra prestação para substituir a que se tornou inexequível.

85) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2011)

Numa obrigação há três credores solidários e apenas um devedor. Nesse caso,

- a) o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais.
- b) convertendo-se a prestação em perdas e danos, desaparece, para todos os efeitos, a solidariedade.
- c) cada um dos credores solidários poderá exigir do devedor o cumprimento de até um terço da obrigação.
- d) se apenas um dos credores solidários demandar o devedor, este poderá pagar a qualquer um dos três, em razão da solidariedade.
- e) o credor que houver remitido a dívida não responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

86) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

A solidariedade

- a) pode ser renunciada, pelo credor, em favor de um ou de alguns devedores, caso em que subsistirá em relação aos demais.
- b) é presumida pelo vínculo econômico entre os devedores.
- c) extingue-se no caso de pagamento parcial.
- d) abrange as cláusulas estipuladas entre um dos devedores solidários e o credor, independentemente do consentimento dos demais devedores, mesmo que tenham a situação agravada.
- e) deixa de existir, por renúncia, no caso de propositura de ação, pelo credor, contra um ou todos os devedores.

87) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

A respeito da cessão de crédito, é INCORRETO afirmar:

- a) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos

conservatórios do direito cedido.

- b) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título de crédito cedido.
- c) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- d) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- e) Na cessão de um crédito, salvo disposição em contrário, abrangem-se todos os seus acessórios.

88) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

A respeito do pagamento, é INCORRETO afirmar:

- a) É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- b) O devedor que paga tem direito à quitação regular, mas não pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.
- c) Quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece, até prova em contrário, a presunção de estarem solvidas as anteriores.
- d) Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se pagos.
- e) A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento.

89) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

De acordo com o Código Civil brasileiro, o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é

- a) inválido, desde que seja arguida a nulidade no prazo decadencial de dois anos contados do pagamento.
- b) válido, exceto se provado depois que não era credor.
- c) inválido em qualquer hipótese podendo ser arguida a qualquer momento.
- d) válido, ainda provado depois que não era credor.
- e) inválido, desde que seja arguida a nulidade no prazo decadencial de um ano contado do pagamento.

90) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

A respeito da novação, é correto afirmar:

- a) A novação por substituição do devedor não pode ser efetivada sem o consentimento deste.
- b) Importa exoneração do fiador a novação feita sem o seu consenso com o devedor principal.
- c) Podem ser objeto de novação, dentre outras modalidades, as obrigações extintas.
- d) Se o novo devedor for insolvente e não tiver havido má-fé na substituição, tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro.
- e) A novação em nenhuma hipótese pode acarretar a extinção dos acessórios e garantias da dívida.

91) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2008)

A respeito do inadimplemento das obrigações, é INCORRETO afirmar:

- a) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.
- b) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir do momento em que for interpelado judicial ou extrajudicialmente.
- c) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.
- d) Considera-se em mora o credor que não quiser receber o pagamento, no tempo, lugar e forma que a

convenção estabelecer.

e) Nas obrigações negativas, o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que devia se abster.

Contratos em espécie

92) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2013)

Quanto à compra e venda,

- a) o preço da coisa deve ser fixado sempre em dinheiro, vedado que se o estabeleça à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar.
- b) só pode ter por objeto coisa atual, vedada a transação sobre coisas futuras.
- c) uma vez estabelecida, automaticamente transfere o domínio da coisa ao comprador, que se obriga ao pagamento do preço em dinheiro.
- d) é válido o contrato se for deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço, desde que as partes sejam maiores e capazes.
- e) quando pura, o contrato respectivo considerar-se-á consumado, obrigatório e perfeito, desde que as partes acordarem no objeto e no preço.

93) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

Mario, é solteiro, possui três filhos maiores e uma neta também maior. Mario pretende vender uma de suas casas de praia para sua neta. Neste caso, Mário

- a) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará do consentimento dos seus filhos, com exceção do pai da menina.
- b) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará do consentimento de todos os seus filhos.
- c) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, independentemente do consentimento dos seus filhos.
- d) não poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, independentemente do consentimento de seus filhos, tendo em vista expressa vedação legal.
- e) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará apenas do consentimento do filho que é o pai da menina.

94) FCC - AJ (Judiciária) TRT23 (2016)

Rogério comprou um carro de Vitor, a quem foi conferido, expressamente, o direito de fixar o preço, por seu exclusivo arbítrio. Fixado o preço, Rogério externou o desejo de desistir da compra, em razão do alto valor atribuído ao bem. Com isto, Vitor não chegou a entregar o bem. O contrato de compra e venda

- a) é inexistente, porque o bem não foi entregue.
- b) é existente, porque se aperfeiçoa com o mero consenso sobre o objeto e o preço, porém nulo, pois não se pode deixar ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- c) é existente e válido, porque se aperfeiçoa com o mero consenso sobre o objeto e o preço, e este pode ser fixado por uma das partes, por seu exclusivo arbítrio, se esta faculdade houver sido expressamente acordada.
- d) é existente, porque se aperfeiçoa com o mero consenso sobre o objeto e o preço, porém nulo, tendo em

vista que, embora o preço possa ser fixado por uma das partes, por seu exclusivo arbítrio, se esta faculdade houver sido expressamente acordada, a validade de tal contrato depende da entrega da coisa.

e) é existente e válido, porque se aperfeiçoa com o mero consenso sobre o objeto e o preço e este pode ser fixado por uma das partes, por seu exclusivo arbítrio, haja ou não previsão expressa nesse sentido.

95) FCC - AJ (Judiciária) TRT5 (2013)

No tocante ao contrato de compra e venda, é correto afirmar que

a) a compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura, neste caso ficando o contrato sem efeito se a coisa não vier a existir, salvo se a intenção das partes era a de concluir contrato aleatório.

b) é defeso às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, ainda que suscetíveis de determinação objetiva, pois é obrigatória a fixação em moeda corrente.

c) em obediência à autonomia da vontade, válido o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

d) até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor, inclusive em todas as situações nas quais possam ocorrer casos fortuitos.

e) não sendo a venda a crédito, o comprador não é obrigado a pagar o preço antes de receber a coisa.

96) FCC - AJ (Judiciária) TRT11 (2012)

No que concerne a prestação de serviços regida pelo Código Civil brasileiro, sem aprazimento da outra parte, aquele a quem os serviços são prestados

a) poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, desde que haja prévia comunicação para a outra parte com antecedência mínima de 30 dias.

b) poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, bem como o prestador de serviços, poderá dar substituto que os preste.

c) poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, mas não poderá o prestador de serviços dar substituto que os preste.

d) poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, desde que haja prévia comunicação da outra parte com antecedência mínima de 90 dias.

e) não poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados e não poderá dar substituto que os preste.

97) FCC - AJ - TRT11 (2012)

De acordo com o Código Civil brasileiro,

Se ocorrer diminuição no preço do material ou da mão de obra superior a um décimo do preço global convencionado, poderá este ser revisto, a pedido do dono da obra, para que se lhe assegure a diferença apurada.

Essa situação se refere ao contrato

a) pelo regime de administração.

b) de subempreitada.

c) a preço de custo.

d) de gaveta.

e) de empreitada.

98) FCC - AJ - (Judiciária) TRT15 (2013)

Analise as proposições abaixo, a respeito do contrato de empreitada.

I. Na empreitada, presume-se a obrigação de fornecer os materiais.

II. O contrato para elaboração de um projeto implica a obrigação de executá-lo, bem como de fiscalizar-lhe a execução.

III. Sendo a empreitada unicamente de labor, se a coisa perecer antes de entregue, sem mora do dono nem culpa do empreiteiro, este perderá a retribuição, se não provar que a perda resultou de defeito dos materiais e que em tempo reclamara contra a sua quantidade ou qualidade.

Está correto o que se afirma em

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II, apenas.

99) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2016)

Conforme estabelece o Código Civil Brasileiro, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. Contudo, decairá deste direito assegurado pelo Código Civil, o dono da obra que NÃO propuser a ação contra o empreiteiro, nos

- a) 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- b) 180 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- c) 12 meses seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- d) 30 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- e) 60 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

100) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

No contrato de mandato, o mandante não está obrigado a

- a) adiantar ao mandatário as despesas necessárias à execução do mandato, devendo ressarcir-las posteriormente.
- b) pagar ao mandatário as despesas da execução do mandato se o negócio, sem culpa do mandatário, não surtiu o esperado efeito.
- c) ressarcir ao mandatário as perdas que este sofrer com a execução do mandato, se tiverem resultado de culpa sua ou de excesso de poderes.
- d) pagar ao mandatário a remuneração ajustada se o negócio, sem culpa do mandatário, não surtiu o esperado efeito.
- e) pagar ao mandatário os juros das somas adiantadas pelo mandatário para a execução do mandato, desde a data do desembolso.

101) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2013)

Relativos ao mandato, considere:

I. A outorga do mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado. Admite-se mandato verbal mesmo que o ato deva ser celebrado por escrito, dado o caráter não solene do contrato.

II. A aceitação do mandato pode ser tácita, e resulta do começo de execução.

III. O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado pode ser mandatário, mas o mandante não tem ação contra ele senão de conformidade com as regras gerais, aplicáveis às obrigações contraídas por menores.

Está correto o que consta em

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

102) FCC - AJ (Judiciária) TRT14 (2016)

Analise as seguintes assertivas sobre o contrato de mandato, de acordo com o que estabelece o Código Civil:

I. A ratificação de atos praticados por quem não tenha o mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, deverá ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e produzirá efeitos a partir da data da ratificação.

II. Para administração ordinária e para transigir o mandatário dependerá de procuração com poderes especiais ou expressos.

III. O mandatário não pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha obtido com esforço ao seu constituinte.

Está correto o que se afirma em

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, apenas.

103) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2013)

Tom e Jorge transigem em litígio judicial por herança paterna, celebrando o respectivo instrumento, por via pública, em Cartório de Notas de Feira de Santana. Esta transação

- a) foi feita adequadamente, por ela podendo ser declarados, reconhecidos e transmitidos direitos.
- b) é inválida, pois como há litígio judicial só será admitida por meio de termo nos autos, a ser homologado judicialmente.
- c) é inválida, pois dependerá sempre de petição conjunta, assinada pelos advogados de Tom e Jorge, não

podendo ser realizada extrajudicialmente.

d) além do instrumento público, poderia ter sido feita por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz.

e) foi feita adequadamente, pois transações, mesmo que não recaiam sobre direitos contestados em juízo, por sua natureza não podem em nenhuma hipótese ser realizadas por instrumento particular.

104) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

A respeito da transação, considere:

I. Admite-se a transação apenas quanto a direitos patrimoniais de caráter privado.

II. Quando recair sobre direitos contestados em juízo, a transação será feita por escritura ou por termo nos autos, assinados pelos transigentes e homologado pelo juiz.

III. A transação se interpreta restritivamente.

IV. A transação feita entre credor e devedor obriga o fiador.

De acordo com o Código Civil, é correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II e IV.

105) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2016)

Sobre a transação, na esteira do que estabelece o Código Civil, é correto afirmar:

- a) A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.
- b) É inadmissível a pena convencional na transação.
- c) A transação concernente a obrigações resultantes de delito extingue, em regra, a ação penal pública.
- d) A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, salvo se disser respeito a coisa indivisível.
- e) A transação não é interpretada restritivamente, e por ela se transmitem, declaram ou reconhecem direitos.

Responsabilidade Civil

106) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2013)

Maria Clara, de quinze anos de idade, pega o carro de sua mãe, Sofia Vera, sem autorização desta. Perto de Porto Seguro, colide culposamente o carro com o veículo de Roberta Inês, que propõe ação contra mãe e filha, alegando a responsabilidade civil de ambas. Esta conduta foi

- a) correta, pois a responsabilidade de Sofia Vera e de sua filha Maria Clara é solidária, na hipótese, sem

quaisquer ressalvas quanto às indenizações devidas.

b) correta, pois se Sofia Vera não dispuser de meios financeiros suficientes, Maria Clara responderá subsidiariamente com seus próprios bens, indenizando-se Roberta Inês equitativamente e sem que se possa privar do necessário Maria Clara ou as pessoas que dela dependam.

c) incorreta, pois Maria Clara é incapaz e não responde com seu patrimônio pessoal em nenhuma hipótese, pelo que a ação deveria ter sido proposta somente contra Sofia Vera.

d) incorreta, pois se Maria Clara pegou o carro sem autorização de Sofia Vera, somente ela deveria ter sido acionada, embora seja incapaz, já que causou prejuízos a Roberta Inês.

e) incorreta, pois Maria Clara é absolutamente incapaz e somente os relativamente incapazes respondem com seu patrimônio pessoal ao causarem prejuízos a terceiros.

107) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

Carla é viúva e possui três filhos, Adão, Eva e Eduardo. Adão tem quinze anos; Eva tem dezessete; Eduardo tem 21 anos e é excepcional, sem desenvolvimento mental completo. Todos os filhos quando estavam jogando bola no quintal da residência quebraram duas janelas, uma mesa, cinco vasos e uma estátua muito valiosa da casa vizinha. Carla ressarciu o dano. Neste caso, Carla

a) só poderá reaver o que pagou de Eva.

b) poderá reaver o que pagou de todos os filhos.

c) não poderá reaver o que pagou de nenhum dos filhos.

d) só poderá reaver o que pagou de Eva e Eduardo.

e) só poderá reaver o que pagou de Adão e Eduardo.

108) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Ernesto envolveu-se em uma briga de bar na qual desferiu socos e pontapés em todos a seu redor, incluindo José, dono do bar, que estava longe dos contendores e nada tinha que ver com a briga. Machucado, José ajuizou ação de indenização contra Ernesto, o qual se defendeu alegando legítima defesa. O pedido deverá ser julgado

a) procedente, com a responsabilização subjetiva de Ernesto, que agiu em abuso do direito.

b) improcedente, pois a legítima defesa autoriza a prática dos atos indispensáveis à remoção do perigo.

c) procedente, com a responsabilização objetiva de Ernesto, que agiu com dolo.

d) improcedente, pois José exerce atividade de risco.

e) procedente, com a responsabilização subjetiva de Ernesto, que agiu com dolo.

109) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Cauã, então com 9 anos, foi obrigado por Romualdo, durante três anos, a trabalhar em regime análogo à escravidão. Neste período, foi submetido a trabalhos forçados, que lhe causaram danos morais. Seis anos depois, ajuizou ação compensatória contra Romualdo. Este, por sua vez, alegou prescrição. A alegação de Romualdo

a) não procede, pois o caso espelha hipótese de decadência, não de prescrição.

b) procede, pois se passaram mais de três anos do fato que originou a pretensão.

c) procede, pois se passaram mais de cinco anos do fato que originou a pretensão.

d) não procede, pois o prazo de prescrição para pretensão de reparação civil não se consumou.

e) não procede, pois fatos graves são imprescritíveis.

110) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

Em ação criminal, decidiu-se, por decisão transitada em julgado, que L desferiu um tapa em B. De acordo com o Código Civil, no juízo cível, em ação na qual se busca a responsabilização civil de L,

- a) poderá ser questionada a existência do fato e seu autor, independentemente da existência de provas novas, pois a responsabilidade civil independe da criminal.
- b) poderá ser questionada a existência do fato e seu autor, se houver provas novas.
- c) poderá ser questionada a existência do fato, porém não seu autor, se houver provas novas.
- d) não poderá ser questionada a existência de nenhum dos elementos para a responsabilização civil.
- e) não poderá ser questionada a existência do fato nem seu autor.

111) FCC - AJ (Judiciária) - TRT23 (2016)

João e Rodrigo entraram em luta corporal depois de uma discussão no trânsito. Sem que Rodrigo pudesse se defender, João desferiu-lhe socos e pontapés, causando lesões corporais. Muito machucado, Rodrigo representou pela persecução criminal e ajuizou ação de indenização. A responsabilidade civil

- a) depende da criminal, devendo o juiz extinguir a ação de indenização, sem resolução de mérito, se ainda não tiver havido trânsito em julgado da decisão proferida na ação penal.
- b) depende da criminal, devendo sempre o juiz suspender a ação de indenização até o julgamento definitivo da ação penal.
- c) independe da criminal, mas, se a existência do fato for decidida, em definitivo, no juízo criminal, não poderá ser discutida novamente no juízo civil.
- d) independe da criminal, podendo ser rediscutida no juízo civil qualquer questão já decidida no juízo criminal.
- e) independe da criminal, mas, se João for absolvido, na ação penal, por falta de provas, Rodrigo não poderá pleitear indenização na esfera civil.

112) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Saulo foi condenado criminalmente, por decisão transitada em julgado, em razão de lesões corporais causadas em Anderson, tendo sido reconhecidos, dentre outros elementos, a existência do fato e seu autor. Se Anderson ajuizar ação na esfera civil, Saulo

- a) poderá questionar a existência do fato e sua autoria independentemente de qualquer requisito, tendo em vista que a responsabilidade civil é independente da criminal.
- b) poderá questionar a existência do fato e sua autoria desde que, no juízo cível, apresente provas novas.
- c) não poderá questionar a existência do fato nem sua autoria.
- d) poderá questionar apenas a autoria do fato e desde que, no juízo cível, apresente provas novas.
- e) poderá questionar apenas a existência do fato e desde que, no juízo cível, apresente provas novas.

113) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

Luiz, dirigindo sozinho um veículo de seu empregador, atropelou um pedestre, causando-lhe ferimentos graves. Nesse caso,

- a) a culpa do empregado, autor do dano, acarretará a responsabilidade objetiva do empregador.
- b) o empregador responderá pelos danos causados independentemente da existência de culpa do empregado.
- c) o empregador só responderá pelos danos causados se ficar demonstrado que sabia que o empregado não dirigia com cautela.
- d) somente o empregado responderá pelos danos causados, pois o empregador não estava presente na

ocasião do evento.

e) o empregador só responderá pelos danos causados se ficar demonstrado que infringiu o dever de vigilância.

114) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

N reside no décimo andar de um edifício, em apartamento do qual caiu um vaso de flor que acabou por acertar Z, que sofreu danos. N será responsabilizado de maneira

- a) subjetiva, independentemente de demonstração do elemento culpa.
- b) objetiva, independentemente de demonstração do elemento culpa.
- c) subjetiva, desde que demonstrado que agiu com culpa.
- d) objetiva, desde que demonstrado que agiu com culpa.
- e) subjetiva, desde que demonstrado que agiu com dolo, direto ou eventual.

115) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A indenização decorrente da responsabilidade civil por ato ilícito

- a) no caso de homicídio consiste exclusivamente no pagamento das despesas de tratamento médico, funeral e luto.
- b) mede-se pela extensão do dano, não podendo, em nenhuma hipótese, ser reduzida pelo juiz.
- c) não pode ser reduzida se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso.
- d) pode ser reduzida equitativamente pelo juiz quando houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- e) no caso de lesão corporal engloba as despesas de tratamento do ofendido, mas não inclui os lucros cessantes até o final da convalescença.

116) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

De acordo com o Código Civil brasileiro, no caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, no pagamento

- a) das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
- b) apenas das despesas com o tratamento da vítima, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
- c) das despesas com seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, pelo período máximo de dois anos.
- d) das despesas com seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, pelo período máximo de cinco anos.
- e) das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia pelo período máximo de dez anos.

Direito das Coisas

117) FCC - AJ (Judiciária) - TRT14 (2016)

No que concerne ao penhor, hipoteca e anticrese nos termos estabelecidos pelo Código Civil brasileiro, a dívida NÃO considera-se vencida:

- a) Se desapropriar o bem dado em garantia, hipótese na qual se depositará a parte do preço que for necessária para o pagamento integral do credor.
- b) Se o devedor cair em insolvência ou falir.
- c) Se as prestações não forem pontualmente pagas, toda vez que deste modo se achar estipulado o pagamento.
- d) Se perecer o bem dado em garantia e o mesmo for substituído.
- e) Se, deteriorando-se, ou depreciando-se o bem dado em segurança, desfaltar a garantia, e o devedor, intimado, não a reforçar ou substituir.

118) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2013)

Joana Maria procura a Caixa Econômica Federal em Itabuna para empenhar suas joias, por estar endividada. Feita a avaliação dos bens, recebe o valor do empréstimo bancário obtido, pleiteando junto à Caixa que suas joias sejam desde logo devolvidas, para que ela as guarde e conserve até resgatar a dívida. Esse pedido

- a) não poderá ser atendido, pois o penhor comum constitui-se pela transferência efetiva de posse dos bens dados em garantia ao credor pignoratício ou a quem o represente, devendo ainda seu instrumento ser levado a registro cartorário.
- b) poderá ser atendido, e de imediato, pois o empréstimo bancário já foi aprovado e a constituição do penhor comum não depende da transferência dos bens dados em garantia pelo devedor ao credor pignoratício, também não dependendo do registro cartorário de seu instrumento.
- c) poderá ser deferido, pois o empréstimo bancário já foi aprovado, mas somente após o registro cartorário do instrumento do penhor comum, essencial à sua constituição, não o sendo a transferência dos bens dados em garantia pelo devedor ao credor pignoratício.
- d) não poderá ser atendido, pois após o empenho as joias deverão ser necessariamente levadas a leilão para pagamento do débito contraído junto à Caixa Econômica Federal.
- e) não poderá ser atendido, pois em qualquer espécie de penhor os bens dados em garantia ficam na posse do credor pignoratício, inexistindo a possibilidade jurídica de tais bens continuarem em poder do devedor.

119) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2013)

No que tange ao penhor:

- a) são credores pignoratícios, desde que contratado desse modo, os hospedeiros, ou fornecedores de pousada ou alimento, sobre as bagagens, móveis, joias ou dinheiro que os seus consumidores ou fregueses tiverem consigo nas respectivas casas ou estabelecimentos, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito.
- b) no penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas são transferidas ao credor, que as deve guardar e conservar.
- c) não podem ser objeto de penhor agrícola os animais do serviço ordinário de estabelecimento agrícola, nem as colheitas pendentes ou em vias de formação.
- d) podem ser objeto de penhor direitos, suscetíveis de cessão, sobre coisas móveis ou imóveis, com registro em Títulos e Documentos ou no Registro Imobiliário, conforme o caso.
- e) constitui-se o penhor, como regra geral, pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel, suscetível de alienação.

120) FCC - AJ (Judiciária) - TRT15 (2013)

Considere as proposições abaixo, a respeito do penhor:

I. Em regra, o penhor se constitui pela transferência efetiva da posse. Contudo, há casos em que a coisa empenhada continua em poder do devedor, que deve zelar por sua guarda e conservação, a exemplo do que se dá no penhor de veículos.

II. O credor é obrigado a devolver a coisa empenhada se o devedor pagar uma parte da dívida.

III. A restituição da posse ao devedor faz presumir renúncia ao penhor.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

121) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

O penhor

- a) constitui-se sempre com a transferência efetiva da posse.
- b) subsiste, em favor do credor, mesmo com o perecimento da coisa.
- c) autoriza, a partir do inadimplemento, a expropriação direta do bem, independentemente de homologação judicial.
- d) pode decorrer diretamente da lei, independentemente de convenção, a exemplo dos hospedeiros sobre as bagagens que os hóspedes tiverem consigo no estabelecimento.
- e) não dá ao credor pignoratício direito aos frutos da coisa empenhada que se encontre em seu poder.

122) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2013)

No tocante à hipoteca, considere:

I. Podem ser objeto de hipoteca os imóveis e seus acessórios, navios, aeronaves e a propriedade superficiária, entre outros direitos e bens.

II. É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado, já que se trata de gravame sobre o bem.

III. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.

Está correto o que consta em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.

- d) I e III, apenas.
e) I, II e III.

123) FCC - AJ (Judiciária) - TRT18 (2013)

Sobre hipoteca é correto afirmar:

- a) Não existe hipoteca para garantia de dívida futura.
b) Os acessórios não podem ser objeto de hipoteca conjuntamente com o imóvel.
c) Podem as partes convencionar cláusula que proíba a venda do bem hipotecado.
d) O dono do imóvel hipotecado não pode constituir outra hipoteca sobre ele, salvo se o credor for o mesmo.
e) Desde que dê quitação pela totalidade do crédito, o credor pode requerer a adjudicação do imóvel hipotecado mesmo que este possua valor inferior a seu crédito.

Gabarito

1) A	2) E	3) B	4) C	5) E	6) A	7) E	8) B	9) E	10) C
11) E	12) A	13) A	14) D	15) A	16) A	17) A	18) E	19) D	20) B
21) E	22) A	23) B	24) B	25) B	26) C	27) B	28) C	29) C	30) A
31) C	32) C	33) A	34) C	35) C	36) B	37) A	38) D	39) C	40) D
41) A	42) B	43) B	44) C	45) E	46) E	47) D	48) C	49) B	50) A
51) A	52) A	53) C	54) E	55) A	56) B	57) A	58) A	59) D	60) D
61) C	62) B	63) E	64) B	65) A	66) B	67) B	68) A	69) D	70) C
71) A	72) D	73) A	74) D	75) A	76) A	77) E	78) E	79) C	80) B
81) D	82) A	83) B	84) B	85) A	86) A	87) C	88) B	89) D	90) B

Direito Civil

Cargo: TRT Analista

Banca: FCC

91) B	92) E	93) B	94) B	95) A	96) E	97) E	98) C	99) B	100) C
101) D	102) D	103) D	104) B	105) A	106) B	107) C	108) E	109) D	110) E
111) C	112) C	113) A	114) B	115) D	116) A	117) D	118) A	119) E	120) A
121) D	122) D	123) E							